



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO  
COORDENADORIA DE BIBLIOTECA E ARQUIVO  
DIVISÃO DE ACERVO – PERIÓDICOS



SUMÁRIO CORRENTE  
ABRIL / SETEMBRO - 2020



# JUSTIÇA & CIDADANIA. São Paulo, v. 21, n. 241, set. 2020.

06	EDITORIAL	Orgulho da magistratura
08	CAPA	"O Judiciário não pode ser um museu de princípios"
18	EM FOCO	Ministro Humberto Martins assume a Presidência do Tribunal da Cidadania
20	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Investimento em tecnologia e melhorias na prestação jurisdicional
24	PRATELEIRA	Livros e filmes sobre Trabalho, Justiça e Filosofia
26	DIREITO PRIVADO	Análise de Impacto Legislativo na Recuperação e na Falência
28	ESPAÇO OAB	Reforma tributária deve ser ampla
31	OPINIÃO	O <i>liberum veto</i> e o Ministério Público
34	OPINIÃO	O papel da Justiça para a retomada do desenvolvimento

Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

36	OPINIÃO	Sociedade tem que emergir melhor da pandemia
38	OPINIÃO	Expectativas e esperança
40	ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO	Novas perspectivas dos meios adequados de solução de litígios diante da pandemia
42	RECUPERAÇÃO JUDICIAL	A recuperação negociada das empresas
44	ESPAÇO AMB	O STF e a contínua missão de aperfeiçoamento do Judiciário e da democracia
46	ESPAÇO AJUFE	Um novo tempo no Supremo Tribunal Federal
48	ESPAÇO ANADEP	Luta diária das pessoas com deficiência por seus direitos
51	ESPAÇO IAB	O desafio do equilíbrio entre democracia, tecnologia e <i>fake news</i>
54	ESPAÇO CONAMP	Os desafios da Justiça brasileira em tempos de pandemia
56	SERVIÇO EXTRAJUDICIAL	A informação como direito dos usuários de serviços notariais e registrais
58	ESPAÇO ANAPE	O advogado público na era da consensualidade
60	OPINIÃO	Diversidade racial e o futuro da advocacia
62	OPINIÃO	O teletrabalho como política do serviço público
64	OPINIÃO	<i>Home office</i> e Segurança da Informação



REVISTA IBDFAM. Belo Horizonte, n. 51, jun. / jul. 2020.

**PÁG. 04**

**ENTREVISTA: JONES FIGUEIRÊDO ALVES**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
BIBLIOTECA  
Nº 187  
Data: 18/12/2020  
Origem: *acces*

**PÁG. 07**

**MATÉRIA DE CAPA: PASSADO, PRESENTE E FUTURO**

**PÁG. 10**

**MOMENTO DE TRANSIÇÃO**

**PÁG. 13**

**ENTREVISTA: CHRISTIAN DUNKER**

**PÁG. 14**

**DUPLA VULNERABILIDADE**

**CONFIRA NA VERSÃO ON-LINE  
A MATERIA EXTRA  
DAS DÚVIDAS À AÇÃO  
E SEÇÃO LAZER**

Capa: Pexels/cottonbro

O IBDFAM também está nas redes sociais, levando informação e entretenimento ao seu público. Acesse:

**Twitter:**  
@IBDFAM\_oficial

**Instagram:**  
@ibdfam

**Telegram:**  
t.me/ibdfam

**Youtube:**  
youtube.com/  
lbdafamBrasil

**Facebook:**  
facebook.com/ibdfam

**MANDA  
IN BOX**

**PARA ANUNCIAR**

Quer a sua marca na revista mais bacana de Direito das Famílias? E que tal fazer um convênio em parceria com o maior instituto da área na América Latina? Envie um e-mail para: [comercial@ibdfam.org.br](mailto:comercial@ibdfam.org.br)

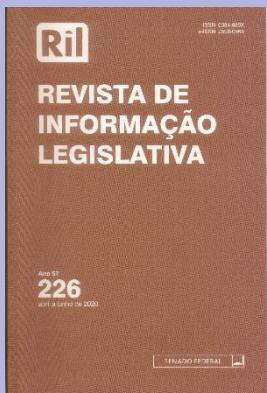
**REDAÇÃO**

Envie sua crítica ou sugestão de conteúdo para o e-mail [ascom@ibdfam.org.br](mailto:ascom@ibdfam.org.br)

**SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO ASSOCIADO**

Para dúvidas sobre a sua associação, anuidade ou compra de produtos, envie um e-mail para [atendimento@ibdfam.org.br](mailto:atendimento@ibdfam.org.br)





## REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA. Brasília: Senado Federal, v. 57, n. 226, abr. / jun. 2020.

### Autores convidados

- 11 **Direito de reunião pacífica em face da administração ordenadora sanitária Para além da pandemia da Covid-19**  
Vladimir da Rocha França
- 29 **O debate sobre as eleições municipais de 2020 no Brasil e a pandemia da Covid-19**  
Ana Claudia Santano

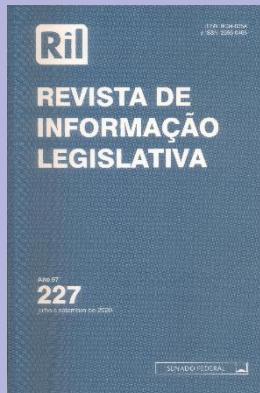
### Artigos

- 49 **Cruzando a fronteira  
A questão dos refugiados no Brasil**  
Marcelo Leonardo Tavares  
Tássia de Oliveira Sodré
- 71 **O princípio da reparação integral e a “contraofensiva da culpabilidade”  
Revisitando a cláusula de redução equitativa da indenização**  
Rosalice Fidalgo Pinheiro  
José Roberto Della Tonia Trautwein
- 93 **A supralegalidade parcial dos tratados de propriedade intelectual**  
João Pedro Accioly
- 113 **Impactos das demandas judiciais no dever do Estado  
de prestar assistência farmacêutica**  
Clovis Demarchi  
Douglas Cristian Fontana
- 131 **A interpretação dos Tribunais de Justiça do Sul do Brasil acerca do crime continuado**  
Dani Rudnicki  
Grazielle Costanza
- 161 **Democracia, representação e accountability  
O trade-off entre justiça alocativa da representação e governo  
responsivo no sistema proporcionalista brasileiro**  
Valter Rodrigues de Carvalho

Os conceitos emitidos em artigos de colaboração são de  
responsabilidade de seus autores.

- 187 A aplicação do princípio da insignificância no processo de improbidade administrativa  
Fundamentos constitucionais  
Nuno M. M. S. Coelho  
Adriana de Oliveira Izá
- 207 Religião em Direito Comparado e a ampliação de seus limites  
A metodologia dialógica entre Teologia e Direito  
Francisco Junior de Oliveira Marques  
Mônica Mota Tassigny





## REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA. Brasília: Senado Federal, v. 57, n. jul. set. / jun. 2020.

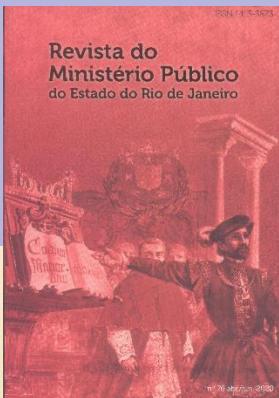
### Autores convidados

- 11 A eficácia subjetiva das sentenças em ações coletivas à luz da doutrina de Teori Albino Zavascki  
O estado da arte na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça  
Maria Isabel Gallotti Rodrigues  
Douglas Alencar Rodrigues

### Artigos

- 43 A eficácia dos pareceres da consultoria jurídica no órgão de advocacia de Estado e na Administração Pública  
Eduardo Fortunato Bim
- 81 A mediação penal em Portugal doze anos depois  
Início, meio e fim (?)  
Fernando Laércio Alves da Silva  
Luca Verzelloni
- 105 A confidencialidade na mediação de conflitos coletivos no âmbito do Ministério Público  
Uma abordagem analítico-comportamental do Direito  
Antonio Marcos da Silva de Jesus
- 131 E os negros? Onde estão os negros?  
Antirracismo patrimonial e os quilombos  
Paulo Fernando Soares Pereira
- 155 A influência da liberdade econômica nos índices de aferição da qualidade das democracias  
Guilherme Prado Bohac de Haro  
Jefferson Aparecido Dias  
Walkiria Martinez Heinrich Ferrer
- Os conceitos emitidos em artigos de colaboração são de responsabilidade de seus autores.

- 177 **Estatuto das empresas estatais**  
**As empresas estatais obrigadas a licitar e contratar segundo a Lei nº 13.303/2016**  
Maurício Zockun  
Carolina Zancaner Zockun
- 193 **Da opinião à cooperação**  
**Uma reflexão sobre a participação do cidadão na democracia digital**  
Valéria Castanho
- 211 **Medindo o desempenho do Poder Legislativo**  
**O que esperar das Câmaras Municipais?**  
Sirlene Nunes Arêdes  
Stanley Plácido da Rosa Silva
- 229 **Inova Simples aplicado ao modelo de remuneração da**  
**universidade pública por incubação de startups**  
**Um exame da Universidade Federal de Minas Gerais**  
Rubia Carneiro Neves



## Sumário

### Doutrina

Crimes cibernéticos e óbices ao cumprimento do Acordo de Cooperação Internacional (MLAT) com base nos *standards* de causa provável e liberdade de expressão do Direito estadunidense

*Ana Lara Camargo de Castro* ..... 19

Raciocínios probabilísticos implícitos e o papel das estatísticas na análise probatória

*Edilson Vitorelli* ..... 51

A coexistência de absolutas prioridades e o sistema brasileiro de proteção à infância e à juventude

*Emerson Garcia* ..... 75

Divulgação de lista de visitantes a detento e direito à privacidade e intimidade: critérios para ponderação com os direitos fundamentais à liberdade de informação e de imprensa

*Flávio de Araújo Willeman*  
*Rodrigo Vieira Farias* ..... 85

A consolidação legislativa da proteção de dados no Brasil: comentários às alterações da Lei nº 13.853/2019 à LGPD

*Guilherme Magalhães Martins*  
*João Victor Rozatti Longhi*  
*José Luiz de Moura Faleiros Júnior* ..... 105

A Ratificação no Direito Constitucional Português

*Jorge Miranda* ..... 119

O mito da democracia

*Luiz Fabião Guasque* ..... 131

Ministério Pùblico e investigação criminal defensiva: desafios e algumas propostas

*Marcus Vinícius Amorim de Oliveira* ..... 143

Penas de multa criminal - uma abordagem realística

*Maria Fernanda Dias Mergulhão* ..... 159

Possibilidade da responsabilidade penal do Estado. Eventualidade da sua cocalpabilidade no ato ilícito. O “apelo societário” e a “exigibilidade da conduta diversa”

*Ricardo Valente Souto de Castro*  
*Fernando Souto de Castro*..... 177

Negócios processuais e o Compromisso de Ajustamento de Conduta  
*Thiago Chacon Delgado*..... 195

### **Observatório Jurídico**

Da democracia à partidocracia: reflexos no crescimento da corrupção  
*Emerson Garcia*..... 213

O Supremo Tribunal Federal e o consequencialismo jurídico  
*Ives Gandra*..... 217

### **Observatório Filosófico**

Brevíssimo estudo sobre a filosofia do tédio em Martin Heidegger  
*Adolfo Borges Filho*..... 223

Hobbes e o contrato como fundamento do Estado moderno  
*Delmo Mattos*..... 229

### **Peças Processuais**

#### **Pareceres**

Parecer. Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União – CNPG. Reflexos, no âmbito do Ministério Público, da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19) e alterou, de modo provisório ou permanente, a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

*Emerson Garcia*..... 239

Processo Administrativo. Parecer da Assessoria de Atribuição Originária em Matéria Cível da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Assuntos Cíveis e Institucionais. Consulta formulada pela Força Tarefa de Atuação Integrada na Fiscalização das Ações Estaduais e Municipais de Enfrentamento à COVID-19,

do Ministério Pùblico do Estado do Rio de Janeiro, a respeito dos Itens n°s 1 e 2 da Recomendação n° 27/2020 – FTCOVID-19.

*Guilherme Peña de Moraes* ..... 259

Processo Administrativo MPRJ n° 2012.00100662. Conflito Negativo de Atribuição em Matéria Cível. Parecer da Assessoria de Atribuição Originária em Matéria Cível da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Assuntos Cíveis e Institucionais. Órgão suscitante: 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo de Macaé em face da 4ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva e Defesa do Consumidor e do Contribuinte da Capital. Atuação ministerial frente às irregularidades nas condições de segurança em estádio desportivo no Município de Macaé. Criação pelo Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais - CNPG de uma Comissão Permanente de Prevenção e Combate à Violência nos Estádios de futebol, cujo objetivo é debater Estratégias para a elaboração de propostas sobre questões relativas à segurança das instalações físicas e à redução da violência nos estádios de futebol.

*Marlon Oberst Cordovil* ..... 265

## **Jurisprudência**

Supremo Tribunal Federal

Jurisprudência Criminal

*Habeas Corpus* n° 128.763 / Rio de Janeiro. *Habeas corpus*. Direito Penal. Processo Penal. Execução penal. Saída temporária. Visita periódica à família. 2. Um único ato judicial que analisa o histórico do sentenciado e estabelece um calendário de saídas temporárias, com a expressa ressalva de que as autorizações poderão ser revistas em caso de cometimento de falta, é suficiente para fundamentar a saída mais próxima e as futuras. A decisão única permite participação suficiente do Ministério Pùblico, que poderá falar sobre seu cabimento e, caso alterada a situação fática, pugnar por sua revisão. 3. Ameaça concreta de lesão ao direito do paciente. Dificuldades operacionais na Vara de Execuções Penais do Rio de Janeiro. Muito provavelmente, se cada condenado tiver que solicitar cada saída, muitas serão despachadas apenas após perderem o objeto. 4. Ordem concedida. Expedição do ofício ao Conselho Nacional de Justiça, ao Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e à Corregedoria-Geral de Justiça do Rio de Janeiro, para que avaliem e tomem providências quanto à situação da execução penal no Estado do Rio de Janeiro. 5. Expedição do ofício ao Superior Tribunal de Justiça e à Procuradoria-Geral de Justiça do Rio de Janeiro, dando notícia do julgamento.

*Segunda Turma, 04/08/2015* ..... 277

## Jurisprudência Cível

Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.000 / Rio de Janeiro. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Constitucional. Leis nºs 8.071/2018 e 8.072/2018 do Estado do Rio de Janeiro. Concessão de benefício remuneratório para recomposição do poder aquisitivo das remunerações dos servidores do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e da Defensoria Pública. Art. 37, X, da Constituição Federal. Matéria reservada à iniciativa privativa do chefe do poder executivo. Precedentes. Medida cautelar confirmada. Ação julgada procedente.  
Plenário, Sessão Virtual de 20/09/2019 a 26/09/2019 ..... 287

Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5949 / Rio de Janeiro. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Constitucional e Direito Processual Penal. Lei nº 7.917, de 16.3.2018, do Estado do Rio de Janeiro. Permanência de preso provisório em unidade do sistema penitenciário estadual. Limitação temporal da prisão preventiva. Alegada usurpação de competência da união para legislar sobre Direito Processual Penal. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente.  
Plenário, Sessão Virtual de 18/10/2019 a 24/10/2019 ..... 297

## Superior Tribunal de Justiça

### Jurisprudência Criminal

*Habeas Corpus* nº 492.964 / Mato Grosso do Sul (2019/0039940-0). Processo penal. Penal. *Habeas corpus*. Homicídio qualificado e fraude processual. Júri. Art. 427 do CPP. Pedido de desaforamento. Indeferimento. Comprometimento da imparcialidade dos jurados não verificada. Alteração de entendimento do tribunal de origem. Exame aprofundado do contexto fático-probatório dos autos. Necessidade. Matéria incabível na via eleita. Constrangimento ilegal. Não ocorrência. *Writ* não conhecido.

Quinta Turma, julgado em 03/03/2020 ..... 317

*Habeas Corpus* nº 556.629 / Rio de Janeiro (2020/0003064-2). Penal. *Habeas corpus* substitutivo de recurso próprio. Inadequação. Roubo. Dosimetria. Arma branca. *Novatio legis in mellius*. Valoração como circunstância judicial. Pena-base acima do mínimo legal. Possibilidade. Desproporcionalidade do aumento na primeira fase da dosimetria. Flagrante ilegalidade evidenciada. *Writ* não conhecido. Ordem concedida de ofício.

Quinta Turma, 03/03/2020 ..... 333

## Jurisprudência Cível

Recurso Especial nº 1.655.796 / Mato Grosso (2017/0038074-1). Recurso Especial. Processual civil. Ação Civil Pública. Propaganda enganosa. Posto de gasolina. Combustível. Marca comercial. Comercialização. Bandeira diversa. Matriz e filial.

Estabelecimentos. Autonomia jurídica. Inocorrência. Condenação. Publicidade enganosa. Redirecionamento. Possibilidade. Contrapropaganda. Arts. 56, inciso XII, e 60 do Código de Defesa do Consumidor. Direito à informação.  
*Terceira Turma, julgado em 11/02/2020.....* 345

## **Noticiário**

MPRJ empossa novos Promotores de Justiça..... 371

Luciana Sapha toma posse em seu segundo mandato como Corregedora-Geral do MPRJ ..... 397

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO ..... 401